

O PROGRAMA AGRONEGÓCIO NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE A ENTRADA DO EMPRESARIADO NA ESCOLA PÚBLICA

Rodrigo Lamosa – PPGE/UFRJ

Carlos Frederico Loureiro – PPGE/UFRJ

Agência Financiadora: CAPES

INTRODUÇÃO

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes dos segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unificá-los em uma mesma representação patronal. A associação criou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico, responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir seus interesses e valorizar a imagem do agronegócio no país.

O agronegócio é defendido pela ABAG enquanto sistema mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas como resquícios de um passado a ser superado. Do ponto de vista do ideário ambiental, este é um discurso com apelo junto a amplos setores sociais que reproduzem o senso comum ambientalista, uma vez que o sentido de moderno posto pelo agronegócio indica ideologicamente uma associação direta com a urgência de se promover um tipo de desenvolvimento sustentável, que não é exequível, para o capital, com base em setores e formas de organização da produção classificadas por estes como “arcaicas” e de baixa capacidade tecnológica (LOUREIRO, 2012). Com isso, o mito da modernização ecológica, de uma sociedade sem conflitos, que aponta para a parceria, a racionalização no uso dos recursos naturais com aplicação de tecnologia limpa e de ponta (ALIER, 2009), se constitui em um eixo discurso poderoso do agronegócio brasileiro.

A pesquisa pode ser caracterizada como um estudo de caso (YIN, 2010), considerando que o programa de educação da ABAG foi analisado no contexto de reorganização da sociabilidade do capital no país, onde a difusão de projetos empresariais no interior da escola pública é o maior exemplo da nova sociabilidade. O artigo conclui afirmando que é possível identificar uma situação contraditória criada pela precariedade que caracteriza a educação pública brasileira. O programa garante às Secretarias de Educação elementos indispensáveis à qualidade da escola pública: formação de professores, material didático e projetos educacionais. Entretanto, ao fecharem acordo com a associação empresarial, as Secretarias permitem a inserção de um programa organizado por uma entidade privada que retira a possibilidade de existência da autonomia e do caráter público da escola. O ensino passa a ser

mediado por interesses privados e a ideologia do desenvolvimento sustentável capitalista é reproduzida como única opção (FOLADORI, 2001), sem mediações críticas e historicidade na análise do modo de produção e suas implicações sobre o mundo do trabalho e o metabolismo sociedade-natureza.

O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA ABAG

A criação da ABAG ocorreu no contexto em que ganhou destaque nacional a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A OCB, fundada em 1969, foi a entidade de representação do patronato rural que reuniu as frações mais associadas ao processo de modernização do campo no Brasil, ocorrida entre os anos 1960 e 1970. A entidade foi presidida por Roberto Rodrigues durante todo este contexto e este, junto com o diretor Ney Araújo, foi um dos principais responsáveis pela criação da ABAG.

A ABAG surgiu como uma organização de tipo novo, reunindo, além da OCB, a tradicional Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), fundada em 1897, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), criada em 1919. Enquanto Roberto Rodrigues ficou presidindo a OCB, a principal “representação legal-formal”, Ney Araújo se tornou presidente daquela que seria a principal “representação real” do patronato rural. (MENDONÇA, 2010a). A principal diferença entre os dois tipos de representação é que a nova organização não é um tipo tradicional de representação patronal, ou seja, não fala apenas em nome de uma fração agrária. A nova associação mobiliza entre seus associados um conjunto de frações agrárias e outras frações da classe dominante brasileira que historicamente estiveram associadas à urbanidade, no caso das frações comerciais, industriais e financeiras.

O objetivo do partido do agronegócio foi formular e mobilizar, difundindo os interesses do conjunto das frações agrárias mais modernas do Brasil, além da unidade entre estas e outras frações da classe dominante, no interior da sociedade civil. A ABAG está longe de ser apenas uma organização dos proprietários rurais. Desde sempre, seu objetivo foi aproximar a organização de grandes empresas de capital nacional e estrangeiro, membros das frações industriais e, principalmente, financeiras. Assim, a ABAG reuniu as características necessárias para ser a precursora de um movimento de reorganização do padrão de sociabilidade da classe dominante no Brasil. A sociabilidade corresponde à forma com que as classes sociais produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência, segundo Martins (2009), “sob mediação das bases concretas da produção, de uma dada direção política e do estágio de correlação de forças presentes num certo contexto.” (Idem, Ibidem, p. 11).

A reorganização do padrão de sociabilidade do patronato rural ocorreu desencadeada por uma crise da representação, iniciada a partir das transformações surgidas do processo de modernização da agricultura brasileira. Esta modernização não operou mudanças apenas na base técnica da produção agrícola. Segundo Mendonça (2010), dois desdobramentos “não-econômicos” resultaram da modernização da agricultura brasileira: “a emergência de novas posições sociais” e a “redefinição dos papéis desempenhados pelo Estado em sentido estrito”. (Idem, *Ibidem*, p.26)

No processo de modernização da agricultura brasileira o divórcio entre a agricultura, indústria e bancos, foi superado na esfera produtiva (MULLER, 1981). Em termos políticos, no entanto, o divórcio só seria superado na década de 1990, quando a ABAG conseguiu reunir todas as frações que “direta ou indiretamente encontram-se envolvidos com a atividade agrícola e agroindustrial.” (BRUNO, 1998:36).

A modernização da agricultura brasileira acirrou entre o patronato rural, as disputas pela hegemonia da fração agrária. A disputa pelo monopólio legítimo da fração agrária da classe dominante, tanto na sociedade civil, quanto no interior do estado estrito, antagonizou duas entidades patronais durante todo o século XX: a tradicional Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Enquanto a primeira tinha raízes no Rio de Janeiro, a segunda era paulista. As diferenças entre as duas entidades patronais não são medidas pela localização, mas pelas divergências políticas que acirram as disputas entre estas durante todo o período republicano (MENDONÇA, 1997).

A concorrência entre as representações patronais agrárias aumentou na medida em que a modernização da agricultura foi responsável por uma ampla diferenciação de interesses entre as frações da classe dominante no campo. Segundo Mendonça (2010), os efeitos da crise econômica da década de 1970 e, sobretudo, a escassez de recursos públicos para o financiamento da agricultura na década de 1980, aprofundaram a crise de representação patronal. Da mesma forma que a modernização especializou a agricultura, produziu uma enorme variedade de representações e interesses divergentes nas disputas pelo financiamento público. A diminuição dos recursos do Estado, escasseados pela crise, agravou ainda mais as diferenças entre as frações da classe dominante, com reflexos para a representação patronal. Segmentada ainda mais com a criação das cooperativas, surgidas nos anos de modernização do campo brasileiro, o patronato rural só conseguiu definir uma direção política de tipo partidária, no sentido de difundir a consciência de classe e organizar as diferentes frações da agricultura brasileira em torno de um mesmo projeto de poder, na década de 1990, com a criação da ABAG.

O BRAÇO PEDAGÓGICO DA ABAG

Em sua criação, a ABAG se definiu como “a instituição representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agronômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns.” (ABAG, 1993:18). A função assumida pela ABAG, no entanto, só poderia ter sucesso mediante a organização de uma poderosa capacidade dirigente. Neste sentido foi necessária a formação dos intelectuais orgânicos responsáveis por dar vida às estratégias de hegemonia e, por fim, representar a articulação campo-cidade no interior da classe dominante, por intermédio da unidade entre as frações agrária, industrial e financeira do capital. Enfim, a ABAG deveria cumprir o papel destinado a um partido, no sentido gramsciano, ou seja, elevar a consciência do patronato rural ao nível ético-político, sempre em busca da hegemonia, entendendo-a como direção intelectual e moral junto aos aliados, adversários e, inclusive, sobre os inimigos políticos. O partido, segundo Gramsci, exerce a função de:

equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários. (GRAMSCI, 2011:300).

A ABAG formou, ao longo das últimas duas décadas, um braço pedagógico compreendido pelo Instituto PENSA, localizado na Universidade de São Paulo (USP), e o pelo Centro de Estudos do Agronegócio (GV Agro), localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), além de outros dois institutos. A atuação deste braço pedagógico foi fundamental, tanto na produção de pesquisas para o agronegócio, quanto na formação dos quadros dirigentes das empresas associadas ao partido do agronegócio e da própria ABAG (MENDONÇA, 2010).

As pesquisas realizadas pelas instituições que formam o braço pedagógico da ABAG servem tanto como suporte técnico-científico para seus associados, quanto para divulgação dos benefícios sociais e ambientais do agronegócio. As pesquisas são divulgadas em cursos produzidos por estes institutos, tanto em suas sedes, quanto nas sedes dos próprios associados. O braço pedagógico da ABAG é fundamental na elaboração e divulgação dos interesses do partido do agronegócio, além da formação de seus intelectuais orgânicos. Segundo Gramsci, todo grupo social cria para si “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...)” (GRAMSCI, 2011:203). O instituto PENSA, por exemplo, segundo Pinto (2010), conseguiu unificar, embasar e fortalecer o discurso das frações agroindustriais que criariam a ABAG “visando reforçar e ampliar seu espaço político de atuação e sua legitimidade também junto às agências da sociedade política.” (Ibidem, p. 16).

O PENSA desde sua criação esteve situado fisicamente no interior da Universidade de São Paulo (USP) e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O programa se dedicou tanto a programas regulares de ensino, quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas. Em busca no site do instituto, é possível verificar que as pesquisas organizadas por professores com a participação de alunos se dedicam prioritariamente aos estudos de caso, com a participação das empresas. Os projetos desenvolvidos pelo PENSA, segundo Zylberstajn, visam se dedicar a “[...] situações-problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o agronegócio brasileiro e internacional.” (ZYLBERSTAJN, 1993:23).

A atividade do PENSA não pode ser percebida apenas como uma mera instrumentalização de frações agrárias que passaram a ter assistência na inovação tecnológica. Os intelectuais associados ao PENSA são responsáveis por organizar e uniformizar o discurso do agronegócio brasileiro, assumindo postos importantes na própria ABAG.

A ABAG reuniu entre suas associadas indústrias à montante, indústrias a jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços. Tomando como referência a diretoria e o conselho administrativo da ABAG, encontra-se entre seus principais associados os representantes de cooperativas, como a Batavo, Cotia, Mococa, Carol, Holambra, Cooxupe, Copersucar e Fecotrigo. Do setor ligado ao comércio estão a CPM Comércio Exterior Ltda., Agrocere S.A., Eximcoop, Cotia Trading Comércio, Exportação e Importação, Comercial Quintela e Casas Sendas. Entre as indústrias estão a Monsanto, VALE, Gerdau, Fertibras, Iochpe-Maxion, ICI do Brasil e Copas. Entre as empresas agroindustriais estão presentes a Sadia, Nestlé, Cambuhy, Suprarroz e Sanbra. Entre os bancos estão o Itaú, Santander, Banco Noroeste e o Credit Lyonnais. Há a representação da Bolsa de Cereais de São Paulo, da Bolsa de Mercadorias e Futuros e das Fazendas reunidas Cabrera. (ABAG, 2002)

O partido do agronegócio reivindica o número diverso de frações da classe dominante que representam, segundo o site oficial da ABAG, cerca de 30% do PIB, 40% das exportações, mais de 60% do fluxo de caixa interno, 40% de toda a força de trabalho do país e 70% do consumo das famílias brasileiras. A proposta da ABAG é ter o reconhecimento deste peso político, sendo sua agenda de interesses encaminhada pelas agências do estado estrito. (ABAG, 2008)

O pensamento produzido pela ABAG, a partir de seu braço pedagógico, se baseou no binômio: competitividade internacional e segurança alimentar. A competitividade seria garantida pela inserção definitiva do agronegócio brasileiro no mercado mundial. Para

organizar esta estratégia, a ABAG criou o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). A segurança alimentar foi o tema difundido, internacionalmente, pelos intelectuais coletivos do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO) e, nacionalmente, pela ABAG. A questão sobre a segurança alimentar, evidentemente, não é a negação da importância do atendimento às necessidades vitais de nutrição e alimentação e acesso a alimentos de qualidade. O que não é apresentado pelo agronegócio é o debate sobre soberania alimentar, que indica para um posicionamento político e econômico de autonomia na produção, com destaque para a produção familiar e agroecológica. E também é nessa construção discursiva do agronegócio secundarizado um debate concreto sobre como garantir a segurança alimentar em uma cadeia produtiva de alimentos sob controle concentrado de reduzido número de agentes econômicos, que atuam no monopólio tanto na produção quanto na distribuição e circulação do alimento. (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Para organizar a difusão da “responsabilidade social” e o “compromisso do agronegócio com a sustentabilidade”, termos retirados de seu próprio site, a ABAG criou, em 2008, o Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES). Estes são “ideias-força” que ganharam espaço na política nacional e internacional pós anos 1990, com a difusão da proposta de “terceira Via”, assumida no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso, com reflexos, inclusive, em sua proposta de Estado Gerencial, sob o comando intelectual de Bresser-Pereira. (KAPLAN, SERRÃO, LAMOSA, LOUREIRO, 2012).

A “Terceira Via” parte do princípio de que a “sociedade civil”, como a que existia no passado já não existiria mais. Os conflitos entre as classes sociais que estruturaram o capitalismo em um determinado período da história teriam sido “produto de arranjos sociais que não mais existem” (GIDDENS, 1996:114). Afinal, o trabalho como visto anteriormente, não seria mais central nesta sociedade. No novo padrão de sociabilidade, o Estado deveria ser capaz de produzir a “renovação das solidariedades danificadas” pela antiga luta de classes (GIDDENS, 2007).

Assim, os conceitos “classe social”, “conflito” e “exploração”, seriam substituídos, segundo os teóricos da “Terceira Via”, por conceitos como “responsabilidade social”, “colaboracionismo” e “voluntariado”. Entendendo que as empresas, sobretudo as corporações industriais, são, com frequência, as principais fontes de poluição, Giddens propõe que

[...] os democratas modernizadores deveriam sempre que possível procurar

trabalhar com as empresas em vez de contra elas. Os grupos e organizações empresariais devem ser ativamente recrutados para ajudar a criar uma sociedade, tanto no nível local como mundial, em que tenham um papel responsável (GIDDENS, 2001:144).

A perspectiva da responsabilidade das empresas é defendida pelos teóricos da “Terceira Via” como fundamental no novo padrão de sociabilidade das empresas. Segundo Giddens, o governo deve “garantir que a responsabilidade corporativa dê peso total à responsabilidade ecológica, nos vários significados que este termo carrega” (GIDDENS, 2001:148). A responsabilidade social e ecológica passou a fazer parte da estratégia política de diversas empresas, podendo afetar nos seguros de seus empreendimentos, na administração, em suas vendas e na relação com os consumidores.

A proposta da “Terceira Via”, até pelo momento histórico em que é concebida, dialoga perfeitamente com o discurso da sustentabilidade baseado na economia verde, na gestão racional de recursos, na cooperação internacional para a transferência tecnológica e na solidariedade enquanto apelo ético. Assim, este discurso é produzido como se não houvesse mais projetos societários em disputas com usos antagônicos do conceito de sustentabilidade e de proposição de caminhos outros para a produção, a organização político-institucional e a garantia da diversidade de modos de vida. Ou seja, o ambiental/ecológico é utilizado como apelo em torno de algo que nos une e que elimina, nesse movimento, todas as desigualdades e conflitos, como se o ambiental já não fosse produto histórico de relações sociais determinadas.

A difusão dessa ideologia compatibilista da responsabilidade socioambiental do agronegócio brasileiro é feita, portanto, por todo o braço pedagógico: PENSA (USP), GV Agro (FGV-SP), ARES e ICONE. O investimento no agronegócio é divulgado pela ABAG como a ferramenta fundamental para a inserção do Brasil no mercado internacional e estratégia para solução dos problemas sociais do país. A divulgação do pensamento formulado por este braço pedagógico é realizada através de diversas revistas: Agroanalysis – A revista de agronegócios da FGV, editada desde Junho de 2006; a Revista Nacional do Cooperativismo, o informativo OCB, editado desde 1990; a Revista Panorama Rural: a revista da Agrishow, editada desde 1999; o Informativo da ABAG, editado desde 2006; e o Boletim do PENSA, editado desde 2006.

Desde setembro 2001, a ABAG desenvolve a Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio. Batizada no passado como a Capital do Café, Ribeirão se consagra nos dias de hoje como a “Capital Brasileira do Agronegócio”, onde a cadeia produtiva do “Ouro Negro” continua figurando ao lado de tantas outras. Segundo a ABAG, em seu site

oficial, grande parte da população ainda pensa que a finalidade do agronegócio se restringe à produção de comida, esquecendo-se das fibras e energia, dos empregos, dos salários e de tudo o que gira em torno do que é produzido no campo.

A importância do agronegócio na vida das pessoas e para o desenvolvimento econômico e social das cidades, da região e do país são os principais assuntos abordados pelas Campanhas da ABAG. Foram produzidos 37 filmes institucionais, com duração de 30 e 60 segundos, que são veiculados diariamente nas principais emissoras de TV da região. Na primeira fase da Campanha (2001 a 2005) o slogan escolhido foi: “Agronegócio: sua vida depende dele”. Foram mostradas várias nuances da interdependência campo-cidade.

Em 2006 a Campanha ganhou novo slogan: “Agronegócio: todos fazem parte” (ABAG, 2008). Nesta fase foi mostrado que o Agronegócio não se faz apenas com grandes propriedades rurais. Os pequenos proprietários também são relevantes para o setor e desempenham importante papel na geração de emprego, renda e no abastecimento dos centros urbanos. Em 2009, uma nova fase da campanha entrou no ar, com o slogan: “Agronegócio: você também faz parte”. Como estratégia para melhorar sua imagem, a ABAG desenvolve peças publicitárias em que a palavra Agronegócio assume contornos diferentes: AgroTrabalho, AgroSaúde, AgroVida, AgroEnergia e AgroFuturo. A substituição do termo “negócio” por outras que permeiam o dia a dia das pessoas serviu para mostrar o quanto o agronegócio está presente em suas vidas, sem que elas se deem conta disso.

Em 2011, a ABAG lançou mais uma campanha publicitária, cumprindo assim seu papel difusor da nova imagem construída para o patronato rural. A campanha “Sou Agro”, divulgada nos principais canais de televisão, revistas e jornais impressos do país. Esta divulgação vem sendo apresentada por artistas da Instituição Globo de comunicação, uma das principais associadas da ABAG. Anualmente, segundo informa o site oficial da ABAG, estão sendo veiculadas mais de duas mil inserções, entre vinhetas de patrocínio e filmes institucionais. Desta maneira, a ABAG continua nos seus quase vinte anos de existência, cumprindo sua missão de atuar na construção de uma nova imagem do agronegócio.

O braço pedagógico da ABAG foi fundamental para a organização e difusão do novo padrão de sociabilidade do patronato rural. As classes sociais produzem e reproduzem ao longo da história as condições objetivas e subjetivas de sua existência, ou seja, adequam sua sociabilidade a situação histórica. Na atual fase do capitalismo, estas condições foram substancialmente modificadas, refletindo em um novo padrão de sociabilidade e em novos preceitos de participação, cidadania e organização do patronato rural. Foi neste contexto em

que a escola pública, em geral, e a educação ambiental, em particular, foram inseridas no projeto da ABAG.

O PROGRAMA AGRONEGÓCIO NA ESCOLA E A NOVA IMAGEM DO PATRONATO RURAL

Na medida em que a educação brasileira se expandiu, sobretudo no segmento do Ensino Fundamental e, mais recentemente, no próprio Ensino Médio, o interesse do empresariado em se inserir nas escolas aumentou. O movimento “Todos pela Educação”, criado em 2006, propôs a “parceria” de todos os segmentos da sociedade, incluindo, sobretudo, seus fundadores e associados, com as escolas públicas, espaço de formação de milhões de jovens em todo o país (LEHER, 2011). A força de mobilização, deste movimento está inserida em um contexto mais amplo de reorganização da sociabilidade da classe dominante no Brasil (NEVES, 2005), onde o empresariado assumiu uma fisionomia neofilantrópica, se aproximou do discurso ambiental e passou a ter na escola pública um espaço de difusão desta nova imagem.

A ABAG pode ser considerada uma vanguarda deste movimento empresarial de inserção na escola pública, pois realiza desde 2001, em “parceria” com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e, desde 2008, com diversas prefeituras municipais do mesmo estado, o programa Agronegócio na escola. O programa está situado em uma região caracterizada por constantes conflitos entre o agronegócio e movimentos sociais sem-terra, responsáveis por vários assentamentos. O programa, portanto, se insere na estratégia da ABAG em reorganizar a sociabilidade da classe dominante no campo brasileiro, operando novas táticas políticas com o objetivo de difundir a nova imagem do patronato rural, representado no atual contexto pelo agronegócio.

A estratégia de inserir nas escolas um programa de educação ambiental do Agronegócio visa “promover a valorização da imagem do agronegócio”, segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio, enquanto caminho moderno e viável para a sustentabilidade, em uma região marcada pelo conflito social e ambiental. Em seu site oficial, a ABAG justifica o investimento no programa Agronegócio na escola, pois entende que “um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação.” A valorização da imagem do Agronegócio deve ser feita pelo programa, através da ampliação da “consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região”.

O programa Agronegócio na escola está inserido no projeto de hegemonia da ABAG. Por um lado o partido do agronegócio organizou seu braço pedagógico, formado pelo PENSA (USP), GV Agro (FGV-SP), ARES e ICONE, visando operar à formação de seus intelectuais orgânicos. Através do programa Agronegócio na escola a ABAG incorporou em seu projeto de hegemonia os intelectuais tradicionais associados ao sistema público de educação. Segundo Gramsci, “uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais (...)” (GRAMSCI, 2011:206) Os intelectuais tradicionais são aqueles vinculados a instituições herdadas pelo capitalismo de épocas anteriores, como é o caso do sistema escolar.

A assimilação da escola pública e seus intelectuais ao projeto de hegemonia de uma determinada fração da classe dominante retira desta escola seu caráter público, na medida em que seu projeto político pedagógico passa a sofrer a mediação de interesses privados. Assim, não é a comunidade escolar que produz seu projeto político pedagógico e seus mecanismos internos de discussão do planejamento escolar e curricular, mas certos interesses passam a mediar escolhas, a partir de então determinadas por benefícios materiais (material didático de qualidade, oferta de cursos, de complementação de renda etc.) e convencimentos ideológicos que são inerentes à entrada de projetos de educação ambiental privados no espaço escolar público (LAMOSA, 2010). A escola “desinteressada” (GRAMSCI, 2011), aquela em que a formação dos jovens não se dá mediada por interesses privados, exige o caráter público que é antagônico ao processo de privatização exercido por programas como o Agronegócio na escola.

A escola pública, por ser o espaço obrigatório de educação para milhares de jovens, tornou-se há dez anos (2001-2011) uma parceira na divulgação da autoimagem construída pela ABAG. Entre 2001 e 2008, o programa foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e desenvolvido em escolas pertencentes a dez Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. O programa foi destinado, segundo o site oficial da ABAG, aos estudantes do ensino médio, com o objetivo de “levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar.” (site oficial da ABAG)

Em 2008, o Programa sofreu ajustes decorrentes de novas diretrizes da Secretaria Estadual da Educação. Em virtude das mudanças, vinte e nove escolas, de seis Diretorias de Ensino, participaram do Programa. Ao todo, próximo de 4.800 alunos realizaram cerca de noventa visitas de campo às propriedades de associados da ABAG. Desde 2009, a ABAG firmou parcerias com as Secretarias Municipais de Educação do estado de São Paulo, sendo Ribeirão

Preto a primeira a assinar o convênio. Segundo o site da associação, participaram do projeto cerca de 5.300 alunos de vinte e cinco escolas do município.

O programa se expandiu pelo estado de São Paulo e, em 2012, já está presente em sessenta e seis escolas de quatorze municípios. Nos mais de dez anos de história do programa, mais de 110 mil alunos foram educados pelo agronegócio. Um dos objetivos do Programa Agronegócio nas escolas, expostos no site oficial da ABAG, é unir as oportunidades dos alunos, os interesses de divulgação das empresas, associadas da ABAG na região, visitadas pelo projeto, e a preservação ambiental:

possibilitar aos alunos a conexão entre teoria e prática, levando a realidade para a sala de aula e vice-versa; oferecer oportunidades para que os alunos ampliem seus horizontes, enxerguem perspectivas, se orgulhem da região onde vivem; mostrar as diversas categorias profissionais envolvidas nas atividades do Agronegócio; contribuir para a diminuição da evasão escolar, estimulando o interesse e participação nas disciplinas cursadas; conscientizar os alunos sobre a necessidade da preservação ambiental, do resgate dos valores de cidadania e da melhoria na qualidade de vida. (Site oficial da ABAG, acessado em 10 de novembro de 2012).

A investigação documental sobre o programa identificou que o objetivo de valorizar a imagem do agronegócio brasileiro através da escola pública vem atingindo seus resultados. A assimilação dos profissionais da educação e a “conscientização” das crianças vêm ocorrendo por meio da formação continuada dos professores e de uma política de concursos e premiação. O “prêmio professor” avalia aqueles profissionais em seu processo de formação, que envolve palestras e visitas as unidades produtivas das empresas associadas da ABAG, e os projetos desenvolvidos nas escolas. Os professores vencedores ganham computadores e um passeio na feira Agrishow, organizada pela ABAG em Ribeirão Preto.

Os alunos são incentivados a participar do programa por intermédio da visita às empresas associadas à ABAG e através de concursos de frases e desenhos, cujo tema é o próprio agronegócio. Em 2011, as frases vencedoras foram:

Agronegócio: uma palavra, milhões de emprego; Agronegócio: cultivando reserva de vida para o futuro!; Agronegócio: é o combustível que faz o mundo funcionar; Apague com a borracha de látex toda a ideia que você tinha do agronegócio. Escreva em um papel de celulose as palavras progresso e sustentabilidade; Agronegócio: simples pra quem vê, essencial para quem vive.(ABARAPA, 2011:08)

O resultado do concurso de frases permite identificar como os valores promovidos pela ABAG foram assimilados pelos alunos. A nova imagem do agronegócio brasileiro, promovida pelo programa, através da apostila, das visitas às empresas associadas à ABAG e pela política de premiação fica expressa nas frases vencedoras. É evidente que o programa

não atinge cem por cento daqueles que são formados por ele, educadores e alunos, mas as frases vencedoras mostram que entre os 100 mil alunos que passaram por ele, muito foram educados pelo agronegócio.

O papel dos docentes no programa é o realizar o papel de mediação entre a ABAG e os alunos. No programa de televisão “Ação Cooperativa” que foi ao ar no canal Bandeirantes, no dia 23/06/2012, a coordenadora do programa foi entrevistada, deixando claro o papel dos educadores e seus objetivos:

Estas visitas são importantes porque elas trazem os professores até as empresas do agronegócio para que eles conheçam o real valor do setor e o que isto agrega de valor na região. Depois estes professores vão passar os conceitos e fundamentos do agronegócio que eles apreenderam para os alunos na sala de aula. Então estes alunos ficam motivados a conhecer, participar dos concursos, fazer frases, desenhos, participar dos concursos de redação.

Na fala da coordenadora do programa é possível identificar que o papel dos docentes se reduz a “passar” aquilo que a ABAG entende como sendo o papel do agronegócio na região. O resultado esperado pela coordenadora, como resultante do processo de ensino-aprendizagem, é no mínimo curioso. A proposta de educar os alunos para fazer frases, desenhos e participar dos concursos indica ser esta a principal forma de internalização entre os alunos da nova imagem promovida pelo agronegócio brasileiro, expressa nas frases vencedoras e premiadas pela ABAG.

A principal implicação do programa Agronegócio na Escola para o trabalho docente é a perda do protagonismo do educador na produção do conhecimento. Este é o principal aspecto que atualiza as teses de proletarização e desprofissionalização docente, muito recorrente em trabalhos acadêmicos durante toda a década de 1980 (OLIVEIRA, 2004). Segundo estas duas teses, o profissional perdeu sua autonomia para conduzir o processo de ensino aprendizagem, elemento indispensável a profissionalização da carreira docente, e, sobretudo, o controle dos instrumentos de produção do conhecimento, tornando-se um proletário, um entregador de conhecimento, como fica claro na fala da coordenadora do programa Agronegócio na Escola.

Entre os alunos, a principal questão, debatida inclusive em reuniões do Conselho Municipal de Educação, é a perda da criticidade do processo de aprendizagem, como é possível identificar pela ata da reunião do dia 23/02/2011:

A conselheira Adriana disse que muitos projetos precisam ser repensados, porque possuem um viés ideológico e isso é perigoso e citou o Agronegócio na escola. Afirmou que apesar dos projetos chegarem como opcionais para a escola há uma pressão indireta e velada. Na verdade não é dessa forma que devemos estruturar e conduzir projetos a serem desenvolvidos na escola. A conselheira Ana Paula também se revelou preocupada com projetos dessa natureza, pois devemos

apresentar aos alunos as várias dimensões da agricultura e não uma visão única, fechada em determinado modelo. O conselheiro Arnaldo, também se mostrou preocupado em especial com esse projeto. (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2011).

CONCLUSÃO

Este artigo conclui que o esforço feito pelo patronato rural para reorganizar o padrão de sociabilidade no campo brasileiro, nos últimos trinta anos, se materializou na atuação da ABAG e, conseqüentemente, em seus projetos de difusão da nova imagem desta fração de classe, como o “Agronegócio na escola”. A formação da ABAG consagrou a unidade política do patronato rural com as principais frações do capital, incluindo aquelas predominantemente urbanas, como é o caso das frações industriais, comerciais e financeiras. Ao longo de sua existência, esta associação atuou, em termos gramscianos, como Moderno Príncipe do Agronegócio, capaz de mobilizar o patronato rural, para além de seus interesses imediatamente econômicos, para uma dimensão ético-político.

O artigo concluiu que é possível identificar uma situação contraditória criada pelos projetos empresariais. Por um lado, o programa garante elementos indispensáveis à qualidade da escola pública: formação de professores, material didático e projetos educacionais. Entretanto, a inserção do programa organizado por uma entidade privada retira completamente a possibilidade de existência do caráter público da escola, dado que o ensino promovido neste espaço passa a ser mediado por interesses privados. A “escola desinteressada”, defendida por Gramsci como modelo de escola pública fica, então, impedida por um projeto de “escola interessada” quando tem seus interesses confundidos com os do mercado. O ensino passa a ser mediado por interesses privados inseridos pela lógica de projetos e a ideologia do desenvolvimento sustentável capitalista é reproduzida por uma educação ambiental que perde, com isso, seu caráter crítico-transformador, voltada para uma educação emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres*. Rio de Janeiro: Contexto, 2009.

Associação Brasileira do Agronegócio. AGROANALYSIS – A revista de agronegócios da FGV, de Jun. de 2006 a dez. de 2011.

_____. Revista Panorama Rural: a revista da Agrishow, editada desde 1999;

_____. 15 anos ABAG: uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro. São Paulo: ABAG, 2008.

- _____. Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness. São Paulo: ABAG, 1993.
- _____. ABAG Informativo, de março de 2003 a dez. de 2011.
- _____. Agribusiness Brasileiro: a história. São Paulo: Evoluir, 2002.
- _____. Site oficial <http://www.abag.com.br/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.
- Boletim do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema do Agronegócio, de Jan. de 2006 a dez de 2011.
- BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária-UFRRJ, 1997.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Edunicamp, 2001.
- GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. O Leitor de Gramsci. Carlos Nelson Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita*. O futuro da política radical. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- _____. *A Terceira Via e seus críticos*. Tradução de Rita Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. (ORG.). *O debate global sobre a Terceira Via*. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- KAPLAN, L., SERRÃO, M., LAMOSA, R. e LOUREIRO, C. F. B. Aproximações entre os discursos do Estado e do empresariado: os exemplos da sustentabilidade e da responsabilidade social. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). *Gestão pública do ambiente e educação ambiental: interfaces e caminhos*. São Carlos: RIMA, 2012.
- LAMOSA, R. A Educação Ambiental e a reorganização do padrão de sociabilidade do capital: um estudo de caso na rede municipal de Teresópolis. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGE/UFRJ, 2010.
- LAYRARGUES, P. P. e LIMA, G. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. *Anais do VI Encontro de Pesquisadores em Educação Ambiental*. Ribeirão Preto, 2011.
- LEHER, R. Desafios para uma educação além do capital. In *István Mészáros e os desafios do tempo histórico*. Jinkings, Ivana; Nobile, Rodrigo (Org.). São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.
- LOUREIRO, C. F. B. (org.) *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009.
- LOUREIRO, C. F. B. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARTINS, A. S.. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- _____. *Todos pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI*. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf> Acesso em 05 de junho de 2010.
- MENDONÇA, S. R. *Ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- _____. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010a.
- MULLER, G. *O complexo agroindustrial brasileiro*. São Paulo: FGV, 1981.
- NEVES, L. M. W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso*. São Paulo, Ed. Xamã, 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). *Revista Nacional do Cooperativismo, o informativo OCB*, de jan. de 1990 a dez. de 2011.
- PINTO, R. G. *O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002)*. Dissertação de mestrado, defendida no Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em 2010.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais*. *Inter Thesis*, Florianópolis, 2004.
- YIN, R. K. *Estudo de caso – planejamento e método*. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed., 2010.
- ZYLBERSZTAN, D. *Estudos de casos em agribusiness*. Porto Alegre, RS: Ed. Ortiz, 1993.